



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

ATA Nº 3/2017 - SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZASSETE - Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezassete, na Biblioteca Municipal de Góis, reuniu a Assembleia Municipal, pelas dezassete horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

ANTES DA ORDEM DO DIA

1. APROVAÇÃO DA ATA Nº 2/2017
2. INFORMAÇÃO SOBRE O EXPEDIENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
3. APRECIÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO

ORDEM DO DIA

1. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS (ANAM) – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTA DE ADESÃO A ESTA ASSOCIAÇÃO DE DIREITO PRIVADO
2. LICENCIAMENTO DA PEDREIRA DE XISTO DE SOBRAL NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CADAFAZ E COLMEAL/APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO PDM
3. LCPA/PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS
4. PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS/ANO 2016
5. RELATÓRIO E PARECER DO ORGÃO DE FISCALIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS CONSOLIDADAS/ANO 2016
6. APRECIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA CÂMARA

PÚBLICO

Estavam presentes os senhores:

Presidente: Jaime Miguel Fernandes Garcia (PS)

1º Secretário: Dr.ª Dina Marlene Bandeira Carvalho (PS)

2º Secretário: José Rodrigues (PS)

Vogais: Partido Socialista (PS) – Dr. João Miguel Carvalho Mourão, Dr. Paulo Miguel Lemos Fernandes da Silva, Eng.º Renato José dos Santos Vitorino, Valentim Antunes Rosa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Grupo Cidadãos Eleitores Independentes por Góis – Amílcar José Barata Aleixo, José Carlos Rodrigues Garcia, Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões, Orlando Cide Antunes Alvarinhas, Pedro Miguel Conceição Agostinho.

Independente – Dr. ° Miguel Luís Alves Martins Fortunato

Presidentes das Juntas de Freguesia de:

Alvares – Dr. Victor Manuel Fonseca Duarte (Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis)

Góis – Graciano Antunes Rodrigues (PS)

União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal – Carlos da Conceição Jesus (Independente)

Vila Nova do Ceira - António Barata Carvalho (PS)

Da Câmara Municipal: registou-se a presença da senhora Presidente, Dr^a. Maria de Lurdes Oliveira Castanheira e dos Vereadores Dr. Mário Barata Garcia, Dr. José Alberto Domingos Rodrigues, Eng.º Diamantino Jorge Simões Garcia e Maria Helena Antunes Barata Moniz.

FALTAS: O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento que o senhor Eng.º Mário Almeida Nunes do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes, por motivo alegado não poderá comparecer nesta sessão, tendo sido solicitado com base na legislação em vigor e do Regimento da Assembleia Municipal de Góis a sua substituição. Deu ainda conhecimento, de que o senhor Nuno Pedro Tavares do Nascimento, elemento da bancado do PS, e, a senhora Dr.ª Maria do Céu Simões Alves, elemento Independente, também não estarão presentes nesta sessão, tendo apresentado as devidas justificações.

Face ao exposto, comunicou que na presente reunião integra a bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis o senhor José Manuel Sequeira Cardoso Bandeira.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

ANTES DA ORDEM DO DIA

O senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou um minuto de silêncio pelo falecimento das vítimas dos grandes incêndios que assolaram a nossa região.

Passados os sessenta segundos, deu início à Ordem de Trabalhos.

1. APROVAÇÃO DA ATA Nº1/2017 - Posta à votação a Ata nº2/2017 foi aprovada por maioria, com quinze votos a favor e uma abstenção da senhora Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões," por não ter recebido a documentação em tempo útil."

Em conformidade com o nº3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, os senhores Miguel Luís Martins Alves Fortunato e José Manuel Sequeira Cardoso Bandeira, elemento Independente e elemento da bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis, não participaram na votação por não ter estado presente na sessão a que a mesma respeita.

2. INFORMAÇÃO SOBRE O EXPEDIENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento aos presentes da correspondência remetida a este órgão desde a reunião de 27.04.2017 até à presente data, nomeadamente uma comunicação da Câmara Municipal de Góis em 10.05.17, relativa ao Regulamento Geral de Taxas e Outras Receitas Municipais aprovado a 27.04.17, tendo sido posteriormente detetado um erro referente à numeração, i.e., existiam dois artigos com a mesma numeração, o qual foi de imediato corrigido, tendo para o efeito apresentado as devidas alterações. Também deu conhecimento, do agradecimento por parte dos familiares do Voto de Pesar atribuído pelo falecimento do senhor Dr.º Mário Soares. De igual modo, deu conhecimento da comunicação do ACES PIN, sobre a reunião agendada para o dia 31.05.17, a qual foi cancelada devido à indisponibilidade do senhor Presidente do Conselho Diretivo da ARS do Centro e o Senhor Presidente do Conselho de Administração do CHUC, ou seus Representantes. Mais deu conhecimento do Requerimento do PCP para a disponibilização dos estudos no âmbito do processo de descentralização para as autarquias locais. Deu ainda conhecimento da comunicação do que o PEV marca o dia mundial do ambiente com um pacote de iniciativas legislativas em defesa do ambiente, bem como da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

comunicação do PCP relativa ao Projeto de Lei do Grupo Parlamentar do PCP: Lei das Finanças Locais; P.J.L. do PCP: Regularização da situação trabalhadores das autarquias e fixa o regime de atribuição e os montantes (...) suplementos e outras compensações (...) condições de risco penosidade e insalubridade.

Deu também conhecimento da justificação da ausência da senhora Maria do Céu Alves Simões na presente reunião, a qual se prende pelo facto de acompanhar a sua filha a um campeonato europeu de dança, bem como a missiva que remeteu a este órgão relativamente ao flagelo que foi o último incêndio florestal, tendo da mesma dado total conhecimento.

Terminou, propondo um Voto de Pesar pelo falecimento do senhor António Silva Gonçalves, ex autarca, na freguesia de Góis.

Posto à votação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade atribuir o Voto de Pesar, manifestando total solidariedade e profundo pesar a toda a família pela sua irreparável perda.

Concluiu, dando conhecimento da mensagem de solidariedade que endereçou em nome da Mesa da Assembleia Municipal e de todos os Goienses, manifestando o profundo pesar pelas vítimas do trágico incêndio de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos, endereçando às famílias afetadas a sua solidariedade neste momento de grande dor e consternação, comunicação remetida aos senhores Presidentes das Câmaras Municipais e Assembleias Municipais.

Seguidamente, deu conhecimento dos Votos de Pesar remetidos por alguns municípios no âmbito do referido incêndio florestal.

3. APRECIÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO - O senhor Presidente iniciou este ponto fazendo alusão ao incêndio florestal ocorrido no concelho de Góis, incidido este sobre condições climatéricas anormais, temperaturas altíssimas, uma percentagem muito baixa de humidade e ventos muito fortes, sendo esse um fator, que influenciou a propagação do fogo no concelho de Pedrógão e que em muito influenciou a tragédia vivida nestas últimas semanas. Referiu, que no combate a este incêndio florestal existiram algumas falhas, sendo natural a existência de algumas delas, realçando que outras não deveriam ter acontecido, pelo que tem vindo a ser solicitados esclarecimentos sobre as mesmas às entidades competentes,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

nomeadamente ao nível das comunicações, uma vez que no concelho de Góis já não é a primeira vez que esta situação se verifica. Relembrou que aquando a ocorrência das intempéries de janeiro do ano de 2013, o nosso concelho viu-se privado das comunicações SIRESP, tendo criado enormes dificuldades na assistência às populações ou à tomada de conhecimento sobre quem é que necessitava de auxílio. Realçou que a privação de comunicações é geradora de uma enorme descoordenação dando conhecimento que, durante o incendio de Góis na terça-feira ao final no dia, numa incursão pela serra Rabadão que fez com o senhor Vice-presidente da Câmara Municipal de Góis, ficou assustado pelo que constatou *in loco*, uma vez que em conversa com o senhor Comandante dos B.V. de Arganil que estava em contacto visual com o Posto de Comando na Selada do Braçal, informou que estava há já algum tempo a tentar contactar com o referido Posto e desesperadamente não conseguia. Referiu que as suas palavras são relevadoras do que se passou no terreno, não tendo conhecimento se foi por incúria em algumas situações, talvez também por não haver um maior acompanhamento por aqueles que são os conhecedores do território, salientando ser importante conhecer a forma como os procedimentos estão organizados ao nível dos Postos de Comando da Autoridade Nacional da Proteção Civil nestas ocorrências. Mais referiu que devem estas entidades integrarem nas suas Equipas agentes da proteção civil local, quer sejam elementos dos bombeiros locais ou da zona que conheçam bem o terreno e possam dar alguma indicação que favoreça a chegada dos bombeiros de forma mais facilitada, ou, do risco que está numa determinada frente de fogo, como era o caso naquele momento numa frente de fogo que se estava a deslocar em direção ao Salgado e ao Saião, bem como à zona do "Curral das Cabras" no Rabadão, sendo que se essa frente de fogo tivesse passado para a vertente de Góis teria sido bem problemático.

Prosseguiu a sua intervenção, referindo-se à enorme onda de solidariedade que se verificou, dirigindo o seu reconhecido agradecimento a todos quanto se associaram a esta causa, tanto a nível local, nacional e internacional, devendo ser este o espírito quando somos atingidos por calamidades deste género. Mais referiu, que tudo o que toda a logística e apoio à população que foi evacuada correu de forma extraordinária e humanizada, com excelente organização, sendo este o ponto mais positivo de toda esta calamidade. Referiu ainda, o apoio dos Bombeiros do país e de Espanha (Madrid,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Andaluzia e Galiza), bem como o facto de o Plano de Emergência ter sido acionado no tempo correto, sendo do seu conhecimento de que foi ponderado o seu acionamento mais cedo, contudo tal ainda não se justificava, tendo permitido que a Câmara Municipal e que toda a estrutura prevista no mesmo pudesse dar apoio à população e localidades afetadas. Realçou também a presença de diversas entidades como o senhor Presidente da República, o senhor Primeiro-ministro, a senhora Ministra da Administração Interna e respetivo Secretário de Estado, o senhor Ministro da Agricultura, o senhor Ministro do Planeamento, para além de outras entidades como a Segurança Social, CCDRC, entre outros.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu lamentar o facto de Góis, Pampilhosa da Serra e eventualmente Arganil e os outros concelhos, terem ficado excluídos do Fundo de Solidariedade, embora percebendo haver uma dimensão totalmente diferente daquilo que se passou no incêndio que afetou Castanheira de Pera, Pedrogão Grande e Figueiró dos Vinhos. Entende que deveria ter sido efetuada uma avaliação e afetação de prejuízos e constrangimentos nas devidas proporções das ocorrências, contudo o fundo deveria ser o mesmo e não diferente, apesar de saber que por parte das entidades governativas está a haver imenso cuidado e atenção para existam compensações no nosso território. Entende ser importante que para futuro ocorra o reforço de medidas de apoio ao previsto no Programa Nacional para a Coesão Territorial, tendo para o efeito apresentado alguns exemplos, nomeadamente, medidas suplementares de discriminação positiva, i.e., benefícios fiscais para as populações, freguesias e concelhos afetados e que habitualmente estão muito sujeitos a este tipo de calamidades. Referindo-se ainda à questão do cadastro que importa ser resolvida em definitivo, bem como a georreferenciação dos prédios rústicos para se ter conhecimento dos seus proprietários e para poder agir junto destes exigindo ou aplicando coimas para que os locais mais sensíveis estejam salvaguardados; a criação de EIP's - equipas de intervenção permanente, sendo uma situação que já foi ponderada por diversas vezes, mas mais do que nunca estas equipas que têm o apoio do estado, com intervenção da ANPC e da Câmara Municipal, devem ser implementadas. Considerou ainda dever ser ponderada a discussão sobre se a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis deve promover a criação de uma secção de Bombeiros na União das Freguesias do Cadafaz e Colmeal. Mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

também, mais do que nunca, nestes momentos devemos trazer para a discussão o reforço às medidas de habitação jovem, que sendo medidas transversais a todo o interior, em territórios como o de Góis deveria existir majoração nas medidas de benefício às populações. No que concerne ao turismo, referiu que a Turismo do Centro de Portugal está a realizar algumas campanhas relativamente à promoção das zonas e concelhos afetados, medida que é de saudar e que merece continuidade. Mais referiu que deve ser reforçado o apoio ao comércio local nas aldeias, tentando garantir que estes pequenos negócios de mantenham ou que possam reabrir. Quanto à floresta considerou que devem ser promovidas reuniões e seminários a fim de discutir a temática, nomeadamente quanto ao reforço das equipas de Sapadores Florestais com capacidade de prevenção e de primeira intervenção, a reflorestação florestal, a fiscalidade dos terrenos florestais, sendo ainda importante, reforçar ou modificar as redes de telecomunicações, uma vez que parte da tragédia acontece por esta não ter a eficácia mínima exigida, sugerindo até que no nosso concelho nos locais onde as redes são deficientes os preços devam ter bonificações obrigatórias.

Referiu ainda que no futuro próximo deverá haver uma ação integrada entre a Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Associações de Compartes, Associação Florestal Concelho de Góis, Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra, Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis, entre outros, i.e., toda a comunidade tem de estar envolvida para a discussão destas temáticas. Referiu ainda, que deve ser considerada a constituição de um Fundo Municipal para apoio a algumas localidades e à população mais fragilizada por este incêndio.

Concluiu a sua intervenção, apresentado o seguinte Voto de Pesar:

“A Região da Beira Serra e todo o país viveram momentos trágicos e inesquecíveis com os incêndios ocorridos entre os dias 16 e 23 de junho, que afetaram os concelhos de Ansião, Arganil, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela e Sertã.

Lamentavelmente, perderam-se dezenas de vidas humanas e inúmeras pessoas ficaram feridas. As descrições arrepiantes destes acontecimentos, nomeadamente sobre as famílias que viram desaparecer os seus entes queridos e a forma como tudo aconteceu, fazem perdurar esses momentos na nossa memória coletiva.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

A Assembleia Municipal de Góis, em nome de todos os Goienses, manifesta o seu profundo pesar pelas vítimas do trágico incêndio de Pedrogão Grande, Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos, destacando o falecimento do heroico bombeiro da Corporação de Castanheira de Pera e dos três conterrâneos oriundos da União de Freguesias do Cadafaz e Colmeal, endereçando às famílias afetadas a sua solidariedade neste momento de grande dor e consternação.

Deixamos ainda uma palavra especial e o merecido reconhecimento, ao trabalho que foi desenvolvido pelos Bombeiros Portugueses e Espanhóis, bem como pela Proteção Civil, Forças Armadas, Serviços de Segurança e de Socorro, Autoridades Municipais, Segurança Social, Instituições Públicas e Privadas, Empresas, entre outros, e, muito especialmente, a todos os inúmeros Voluntários que se esforçaram no enorme apoio a todos os intervenientes do teatro de operações e às populações afetadas."

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o Voto de Pesar, o qual irá ser remetido a todas Entidades mencionadas no mesmo.

De seguida deu a palavra.

Usou da palavra o senhor Carlos da Conceição Jesus propondo a atribuição de Votos de Pesar pelo falecimento de três conterrâneos da União das Freguesias, os quais faleceram na tragédia recentemente ocorrida, aquando a sua deslocação da sua terra natal para a sua área de residência, nomeadamente o senhor Manuel André de Almeida e, sua esposa, Maria Cipriana Almeida e Américo Brás Rodrigues.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade atribuir o Voto de Pesar, manifestando total solidariedade e profundo pesar a toda a família pela sua irreparável perda.

De igual modo, propôs também um Voto de Pesar pelo falecimento do senhor André Gaspar de Almeida, empresário na União das Freguesias de Cadafaz e do Colmeal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade atribuir o Voto de Pesar, manifestando total solidariedade e profundo pesar a toda a família pela sua irreparável perda.

O senhor Carlos da Conceição Jesus, continuou a sua intervenção referindo que relativamente ao incêndio florestal ocorrido é importante que se analise e que se faça uma análise profunda, porquanto entende que a área ardida na freguesia que preside foi fruto de algumas falhas, tendo enumerado algumas destas, porquanto andou no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

terreno e pode constatar o que se passou. Referiu, a sua presença numa reunião da ANAFRE realizada em Coimbra, tendo este incêndio sido um dos temas debatidos. Mais referiu, a falta de comunicação existente neste incêndio, nomeadamente na sua freguesia, porquanto houve informações que não lhe foram transmitidas, tendo dado como exemplo a evacuação de algumas pessoas da sua área de residência. Referiu ainda, a existência na sua freguesia de tanques em que se verifica a inexistência de água, solicitando a reposição de água nos mesmos.

Usou da palavra o senhor Victor Manuel Fonseca Duarte que iniciou a sua intervenção fazendo referência ao projeto Góisim, cujo objetivo do mesmo é o aproximar as populações da sede do concelho é seu entendimento que a freguesia de Alvares continua sem informação sobre este projeto, questionado para quando essa informação na freguesia que preside. De seguida, fez alusão às reuniões do ACES, as quais estão constantemente a ser adiadas, sendo na sua ótica que as mesmas devem ser realizadas uma vez que a saúde no nosso concelho é uma das questões que mais nos preocupa e também sido objeto de discussão ao longo deste mandato, sendo para si um assunto que deve ser objeto de discussão pelas competentes entidades. Realçou o facto de já se ter contribuído em muito para a redução da despesa na área da saúde, porquanto já foram a nível nacional encerradas várias extensões de saúde, bem como o serviço de atendimento permanente no Centro de Saúde de Góis. Referiu ainda, que a freguesia de Alvares é a mais penalizada neste processo, evidenciando a existência de um conjunto de boas vontades, porém é seu entendimento que se trata de um assunto que tem de ser resolvido por decreto, porquanto entende que a falta de serviços médicos nesta freguesia prejudica muito a sua população.

Relativamente ao incêndio florestal recente ocorrido, referiu que se trata de um assunto que está na ordem do dia, sendo demasiado importante que se fale do mesmo, sendo sua preocupação e de toda a população residente neste freguesia é o dia seguinte ao mesmo, porquanto a economia está bastante fragilizada, uma vez que existem empresas e investimentos que podem estar em causa, pelo que urge um planeamento relativamente ao que se irá realizar no sentido de não se verificar um choque ao nível financeiro e económico tão grave como se prevê, bem com se daqui a dez anos se irá estar a falar novamente neste assunto, pelo que reiterou as suas palavras no sentido de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

se elaborar um plano aos mais vários níveis para que esta tragédia não se volte a verificar.

Interveio o senhor Miguel Luís Martins Alves Fortunato, iniciando a sua intervenção questionando se a Mesa da Assembleia Municipal optou por solicitar parecer jurídico sobre a sua pessoa no sentido da sua desvinculação do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis. Informou, que a posição que tomou foi devidamente esclarecida internamente no Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis, pelo que estranhamente não entende que uma pessoa do PS lhe remeter indiretamente recados, uma vez que este integra associações às quais a Câmara Municipal contribui financeiramente, sendo também sócio-gerente de uma empresa a quem a Câmara Municipal tem um investimento concessionado e é também líder de bancada do PS, pelo que referiu não receber lições de ética de uma pessoa destas. Quanto à sua situação, referiu que solicitem os pareceres jurídicos que entenderem, porquanto a sua posição será indiferente aos mesmos.

Prosseguiu, solicitando informação sobre a dívida do Ministério da Educação à Câmara Municipal, sendo na sua ótica importante que a Câmara Municipal recuperasse esta quantia no sentido de poder realizar investimento.

Quanto ao incêndio florestal ocorrido no nosso concelho, referiu efetivamente ter sido uma tragédia, há muito já anunciada, porquanto se tratou de um período em que as condições atmosféricas "*previam*" a probabilidade destas ocorrências, pelo que questionou se os bombeiros podem apagar fogo, uma vez que se trata de uma questão colocada diariamente neste período pela população. Referiu ser sua posição, o respeito por todos os Bombeiros, sendo do seu conhecimento toda a formação que cada um faz no sentido de combate a incêndios, bem como por todos os Comandantes de todas as Associações Humanitárias e Quadro de Comando das mesmas e também pela senhora Presidente da Câmara Municipal como representante da Proteção Civil Municipal, questionando e destes órgãos para cima? Salientou que vivemos cá e sentimos a nossa terra, tendo todos sido completamente desautorizados, realçando que efetivamente que o que se passou foi sem dúvida uma fatalidade a qual não teve proporções maiores, porquanto a sociedade civil em muito contribuiu, uma vez que a chegada de ajuda especializada em alguns dos locais chegou tardiamente, havendo viaturas que nem sequer chegaram a operacionalizar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Continuou referindo que futuramente a população quer ter confiança na Proteção Civil, realçando que a população de Góis não tem confiança na Proteção Civil, acredita que têm sim confiança nos nossos jovens e nas pessoas que estão aqui, agora quando estes são completamente desautorizados por pessoas da capital que tiraram o fato de macaco do roupeiro para vir aqui exhibi-lo, sendo do conhecimento geral que se trata de um embuste. Não se trata somente do sistema de comunicações que falhou, mas também a coordenação dos meios de combate, realçando que tal como os bombeiros também quem vem de Lisboa coordenar os trabalhos deveria ter de igual modo formação, de forma a coordenar e não como se verificou uma descoordenação. Referiu partilhar das preocupações estando convencido que a Câmara Municipal irá apoiar no sentido de não existir discriminação pelo facto de o Governo nos ter descriminado do Fundo Social. Mais referiu que nesta época existe naturalmente um maior combustível propício à propagação de incêndios florestais, e não está a falar do arvoredo existente, nomeadamente o eucalipto, aceitando críticas quanto à sua plantação, contudo terá que ser apresentada uma solução para que as pessoas tenham um rendimento extra mensalmente, nomeadamente os aposentados com baixas reformas. Acrescentou, que se há alguma indústria na plantação do eucalipto, também há uma fonte de rendimento muito importante para a nossa economia geradora de empregabilidade. Portanto, referiu que deve efetivamente ser feita uma ponderação no sentido de se apurar resultados, i.e., ter conhecimento do que correu mal, sendo entendimento de todos que tal flagelo não volte a acontecer, pelo que é importante que alguém lhe diga que pode confiar na Proteção Civil, uma vez que o mais fácil foi o de evacuar das populações e deixar arder. Acrescentou ter amigos que se deslocaram de Aveiro que lhe telefonaram no sentido de não deixar o telemóvel desligar-se porquanto era o único meio disponível para saberem onde estavam localizados, tendo vindo uma coluna de ambulâncias do INEM sendo este o único meio de contacto que estava disponível. Realçou ser inadmissível abandonar as aldeias e deixar arder, tendo sido efetivamente o que aconteceu, sendo inaceitável num estado de direito onde nós temos direito à nossa segurança, sendo este um direito fundamental, pelo que entende que em bom rigor deveríamos tomar a atitude de diretamente contactar com os munícipes que foram vitimizados por este incêndio, recolher o testemunho destes e enviar para as respetivas Entidades, no sentido de terem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

conhecimento de como é que se viveu este flagelo. Sobre esta matéria, finalizou referindo que no meio de toda esta imensa tragédia saiu reforçado o nosso orgulho goiense, a onda de solidariedade que se formou, a sincronização que se gerou do nada, toda a organização que houve na divisão de tarefas, sendo estas atitudes que temos que enaltecer é que Góis tem excelentes jovens e pessoas e continuamos a ter excelentes paisagens, sendo importante que continuamos disponíveis para receber todos neste Verão, pelo que iremos provar que poderemos superar isto e que estamos disponíveis para continuar a trabalhar.

Usou da palavra o senhor Pedro Miguel da Conceição Agostinho referindo que no concelho de Góis existem dois lugares onde o SIRESP não chega, i.e., o cruzamento para o Salgado e Saião, e também numa zona da Telhada, tendo feito uma breve alusão à metodologia utilizada aquando ocorrência do incêndio florestal. Acrescentou, que também deverá ser feito o devido reconhecimento aos Grupos de Reforço para Incêndios Florestais (GRIF) que estiveram no terreno, bem como ao representante distrital da Proteção Civil.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que no Voto de Pesar que apresentou, é feito o agradecimento a todas as Entidades que colaboraram com o concelho de Góis neste flagelo.

Interveio o senhor José Carlos Rodrigues Garcia referindo que o nosso concelho tinha duas vertentes associadas ao seu desenvolvimento, a floresta e o turismo, pelo que devido a este último flagelo o sector florestal ficou substancialmente mais pobre a vários níveis, nomeadamente ao nível económico e de empregabilidade, sendo um meio de sustento de várias famílias residentes no concelho, pelo que urge tomar uma posição de apoio aos mesmos, uma vez que a falta de apoio poderá ser um fator para que se desloquem para outros concelhos. No que concerne à publicitação desta catástrofe nos órgãos de comunicação social, realçou o facto de algumas televisões terem passado o testemunho de algumas pessoas a quem o incêndio devastou totalmente os seus bens, no sentido de todos terem conhecimento de como é que é a vida no interior do país, realçando que não foi somente por causa do que se passou que estas pessoas estão nesta situação, porquanto é do conhecimento que ainda há muita gente no interior de Portugal a viver menos bem. Face ao exposto, espera que a onda de solidariedade por parte dos Ministérios que se associaram a esta causa através do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

financiamento aos mais variados níveis cheguem efetivamente a quem necessita dos mesmos, pelo que propôs que a Câmara Municipal envie esforços para que os financiamentos previstos possam efetivamente chegar a quem deles precisa. Por último, apelou a todos os candidatos às autárquicas 2017 no nosso concelho, para que seja elaborado um Plano capaz de impedir catástrofes desta natureza no nosso concelho, sendo na sua ótica bastante importante segurar as pessoas que ainda vivem cá. Concluiu, referindo que quanto ao logotipo do Município de Góis é um facto que o mesmo já se encontra a ser dinamizado, sendo sua posição que a frota automóvel da Câmara Municipal deverá ter o mesmo e não como já visualizou em alguns meios de transporte apenas as barras coloridas do mesmo.

Usou da palavra o senhor António Carvalho referindo solidarizar-se e agradecendo às instituições e comércio de Vila Nova do Ceira que apoiaram os bombeiros e a população vítima do incêndio florestal ocorrido.

Usou da palavra o senhor Amílcar Barata Aleixo dirigindo o seu profundo agradecimento a todos quanto se associaram aos mais vários níveis ao incêndio ocorrido freguesia de Alvares. Referiu que na freguesia de Alvares, estranhamente é pela terceira vez que na Ribeira do Porto se verifica o início de incêndio florestal, nomeadamente no dia 01.09.1970, aquando a inauguração da capela da Telhada, tendo-se verificado no ano de 1975 esta mesma ocorrência, verificando-se a mesma no presente ano. Face às ocorrências verificadas sempre no mesmo local, referiu que possivelmente dever-se-ia estudar o porquê de ser sempre neste sítio o início de um fogo florestal. Referiu ainda, que um dos principais problemas da propagação dos incêndios reside sobretudo no incumprimento da legislação quanto à limpeza das propriedades, particularmente junto das populações. Mais referiu, que iremos estar alguns anos sem capacidade de capitalizar através da indústria florestal, pelo que urge a implantação de um plano para a limpeza das madeiras sem um uso específico, uma vez que estas não sendo economicamente rentáveis irão ficar nos terrenos, sendo um combustível para que daqui a uns anos se verifique a mesma desgraça. Acrescentou, que se deve tomar a atitude de proibição de caçadas em várias zonas no sentido de se recuperar algumas das espécies que acidentalmente desapareceram, bem como em relação à recuperação de algumas estradas que ficaram completamente danificadas, bem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

como das linhas de água no sentido de quando se verificar a ocorrência de intempéries as praias fluviais existentes nesta freguesia não fiquem danificadas.

Usou da palavra o senhor Paulo Miguel Lemos Fernandes Garcia que iniciou a sua intervenção referindo lamentar que as pessoas faltem às sessões da Assembleia Municipal e posteriormente quando se verifica a sua presença intervêm a colocar em causa coisas que não foram mencionadas, tratando-se eventualmente de um problema de intervenção. Mais referiu que, quando vemos elementos de direita a criticarem o empreendedorismo o qual emprega dezassete pessoas é de se ficar estupefacto, pelo que irá guardar estas mesmas palavras.

No que concerne ao incêndio florestal recentemente ocorrido, referiu que concordar com o teor de algumas intervenções proferidas, nomeadamente com o comunicado da senhora Maria do Céu Alves Simões, realçando que este trágico incidente poderia ter atingido maiores proporções, caso não se verificasse trabalho realizado pela Proteção Civil Municipal, nomeadamente na limpeza de caminhos e aceiros florestais. Ainda sobre esta temática, referiu que no combate ao incêndio não houve falta de meios, mas sim coordenação desses meios no terreno para que a eficácia de combate pudesse ter tido um sucesso maior, realçando sobretudo o espírito Goicense no ato solidário a esta causa que muitos amigos voluntariamente acolheram, agradecendo todo o trabalho realizado, fruto da colaboração de todos, dirigindo um agradecimento à Câmara Municipal na pessoa da senhora Presidente a todos os funcionários da Autarquia que se associaram de diversas formas no combate a este incêndio.

Ainda sobre esta tragédia, referiu que na consulta que fez a vários perfis do Facebook pôde ver coisas inacreditáveis como que a Presidente da Câmara Municipal não fez mais do que a sua responsabilidade e mencionado pela pessoa que o fez considera de muito grave, bem como o uso desta tragédia para promoção pessoal e das instituições. Mais referiu, que embora seja do PS, concorda que sejam apurados alguns factos aos mais diversos níveis, devendo os Ministérios responsáveis apresentarem um estudo sobre os mesmos.

Terminou a sua intervenção, referindo que presentemente importa fazer o ordenamento do território bem como uma melhor gestão da floresta, tendo apresentado como exemplo dois tipos de plantação na vizinha Espanha em que na Galiza ocorrem incêndios florestais pela espécie existente, o eucalipto e na Cantábria não, uma vez



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

que a espécie existente não é o eucalipto. Face às suas palavras, referiu que ir propor à comunidade Goicense um debate sobre as espécies, tendo feito uma breve explanação do que se deverá analisar e discutir.

Concluiu, referindo a maneira exaustiva como a comunicação social, explorou negativamente este triste acontecimento, uma vez que o comércio local presentemente se encontra "devastado", fruto do que foi erradamente noticiado, pelo que propôs que todos juntos através das redes sociais possamos partilhar imagens de Góis para que esta época turística não fique totalmente condenada, fruto da péssima dramatização dos órgãos de comunicação social.

Interveio a senhora Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões propondo que aquando construção de tanques nas localidades, fosse designada uma ou duas pessoas responsáveis pela comunicação junto a Entidade responsável pela sua manutenção, no sentido de quando este equipamento necessita de limpeza e enchimento se faça no imediato por forma a que esteja sempre pronto em situações de emergência. Referiu que a sua proposta se consubstancia no facto que recentemente a água existente no tanque na localidade de Esporão foi utilizada, contudo não é do seu conhecimento a existência de um responsável que comunique se água deste necessita de ser reposta.

Seguidamente, questionou sobre o processo de implantação da ETAR de Ponte do Sótão, bem como a resposta à questão que colocou sobre o assunto que questionou a senhora Presidente no que concerne ao pagamento ou isenção de IMI do imóvel onde funcionou a antiga fábrica da Companhia de Papel de Góis. Ainda sobre este imóvel, referiu que o mesmo se encontra em situação de perigo, porquanto as entradas para o mesmo necessitam de ser devidamente cerradas.

Interveio o senhor Renato José dos Santos Vitorino que fez alusão ao Fundo de Apoio à Revitalização, pelo que é necessário verificar a exequibilidade do mesmo, no sentido de não existem quaisquer constrangimentos na ajuda às populações.

O senhor Presidente das Assembleia Municipal referiu que existem duas questões que são assiduamente colocadas em sessão da Assembleia Municipal, pelo que é de inteira justiça que transmita os recentes acontecimentos sobre as mesmas, nomeadamente sobre a linha férrea da Lousã tendo sido anunciado que a solução técnica e prática para a referida linha seria a não reposição da linha férrea, mas sim da solução



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

'MetroBus', que embora parecendo uma ideia um pouco caricata, tendo consciência que os carris nunca irão ser recolocados, e caso o fossem seria apenas até Serpins, pelo que esta nova solução pode um dia trazer viabilidade para a extensão do serviço ao nosso concelho. Realçou o facto, de se ter que fazer a reposição de um serviço, seja por via férrea, seja através do MetroBus o que é necessário é que o serviço exista e haja maior acessibilidade a toda esta região. Também na questão das acessibilidades, informou estar novamente à discussão a questão da autoestrada entre Coimbra e Viseu, substituindo o IP3, com uma estrada paralela, pelo que solicitou à Câmara Municipal que junto das competentes entidades faça pressão para que esta via seja a continuidade da A13 e que haja uma derivação a Vila Nova de Poiares no sentido de Viseu, mesmo que não passando em Góis, irá com certeza 'desencravar' a estrada da Beira, podendo ser uma forma de facilitar as acessibilidades ao nosso concelho.

Terminou, referindo que na sequência das intervenções relativas ao incêndio florestal ocorrido, aprez-lhe mencionar concordar com as palavras proferidas no que concerne ao futuro da nossa floresta, realçando que o órgão deliberativo nesta matéria tem pouco poder interventivo. Referiu, que no Regimento da Assembleia Municipal existe a possibilidade de criação de grupos de trabalho ou de comissões que possam acompanhar determinados assuntos, pelo que propôs a constituição de uma comissão de acompanhamento aos incêndios florestais, ao desenvolvimento rural e da floresta do concelho de Góis. Mais propôs que esta comissão seja constituída por quatro pessoas mais uma, sendo do seu ponto de vista os senhores Presidentes das freguesias e ele próprio ou outro elemento da Assembleia Municipal. Saliou, que esta comissão pode ser redundante, porém é mais uma forma de abordar e acompanhar este assunto que vai dar muito que falar, e irá com certeza impor uma exigência para futuro para que as coisas tenham consequência.

Interveio o senhor Miguel Luís Martins Alves Fortunato, referindo não entender a proposta de constituição de uma comissão a qual deve integrar os quatro Presidentes das Freguesias do concelho, uma vez que os mesmos neste órgão já representam o seu território.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que uma comissão é um grupo de trabalho, pelo que não irá reunir na Assembleia Municipal, mas sim, fora deste órgão, e,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

posteriormente dar-nos-á conhecimento das conclusões das reuniões que foram realizadas e os frutos das mesmas.

Dada a palavra o senhor Miguel Luís Martins Alves Fortunato referiu que administração central irá ter no terreno Técnicos que irão fazer um trabalho de acordo com os parâmetros que o governo irá delinear para esse trabalho. É sua opinião, que o mais importante era irmos ao terreno recolher depoimentos das pessoas e depois remeter os mesmos às competentes entidades no sentido de estas terem o real conhecimento das dificuldades pelas quais estes passaram.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que não cabe à Comissão que propôs realizar trabalho técnico, mas sim, acompanhar o mesmo.

Dada a palavra o senhor Carlos da Conceição Jesus referiu que o que lhe parece muito importante é que o Conselho Municipal da Defesa da Floresta em conjunto com outras Entidades, reúna no sentido de analisar tudo o que se passou, bem como que se encontrem soluções eficazes para que situações destas não voltem a acontecer.

Face ao exposto, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a constituição da Comissão de Acompanhamento aos Incêndios Florestais, Desenvolvimento Rural e Floresta do Concelho de Góis.

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade a constituição da referida Comissão.

Dada a palavra, a senhora Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo rever-se nas palavras do senhor Presidente da Assembleia Municipal sobretudo no que diz respeito às acessibilidades no concelho de Góis, sendo esse o traçado que defendemos por entendermos que se trata do investimento que satisfaz melhor os interesses desta região e em particular o concelho de Góis. Neste sentido, referiu que podem contar com o Executivo para estar na linha da frente na defesa deste interesse, realçando que o facto desta grande calamidade que surgiu no nosso concelho exatamente no Dia Mundial Contra a Desertificação, é certo que fomos notícia pela negativa, porém acordámos um pouco os nossos governantes, e os tirámos da zona de conforto e dizer-lhes que há muito mais vida em Góis. Referiu ser também bastante importante que necessitamos de outros investimentos que tornem Góis mais ativo e em particular a questão das acessibilidades. Mais referiu que na reunião da Câmara Municipal realizada no dia de hoje propôs esse mesmo desafio e a sua pessoa estará na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

linha da frente a defender esse projeto e seguramente estarão ao seu lado muitos munícipes e amigos de Góis para pensarmos numa secção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis na União das Freguesias de Cadafaz e do Colmeal.

Relativamente à questão de que seja criado um Fundo Municipal pela Câmara Municipal, é seu entendimento que devemos aguardar com aquilo que o nosso Governo tem para dar porquanto é sua obrigação, vamos ver o que é que têm para Góis, informando da reunião que irá ser realizada com o senhor Primeiro-ministro no concelho de Pedrógão Grande, com os cinco municípios que foram afetados com o recente incêndio, fazendo-se acompanhar por vários ministérios, pelo que iremos aguardar o que têm para Góis, pelo que se ficar alguma coisa de fora nós estamos cá para sanar alguns prejuízos no sentido de estarmos ao lado dos nossos munícipes e empresários de todos aqueles que viram perder muitos dos seus bens.

Quanto à proposta do senhor Amílcar Aleixo, referiu que um dos trabalhos que a Câmara Municipal poderá fazer é efetivamente envolver-se no destino dessa madeira ardida que ninguém a quer e de facto vai ser paga a low-cost não irá ter qualquer lucro. Nesse sentido, referiu que deverá ser elaborado um plano para que essa madeira seja retirada dos locais e haver algum retorno ainda que insignificante, pelo que podemos optar por uma ação mais objetiva e completa para todo este território ardido, fazendo todo sentido a criação de um Fundo Municipal para fazer face às despesas com este tipo de investimento.

Quanto às opiniões sobre a ocorrência deste incêndio e a forma como o mesmo deflagrou, referiu que existem muitas opiniões, porém aprez-lhe mencionar que foi uma tragédia, tendo algumas coisas corrido menos bem e outras muito bem, realçando o facto de muitas vezes somente se elencar o que corre mal, sendo apenas evidenciados os aspetos negativos, sendo motivo de elevação o que efetivamente correu muito bem como as mensagens de solidariedade de muitas pessoas. Acrescentou, que extinto o fogo há muito trabalho a fazer, sendo do seu conhecimento a existência de tanques vazios no concelho, cabendo a todos que constituem a Proteção Civil trabalharem no sentido de repor a água nos mesmos, bem como de outros trabalhos necessários no imediato, exortando os autarcas a contribuir assiduamente com a Câmara Municipal.

Quanto à intervenção do senhor Vítor Manuel Fonseca Duarte referiu que a Câmara Municipal de tudo está a fazer em matéria da saúde em Góis, informando que durante



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

o aludido incêndio florestal teve a oportunidade para falar sobre esta temática junto do senhor Secretário de Estado da Saúde, elencando um conjunto de situações existentes nesta área no nosso concelho, nomeadamente o encerramento do Centro Municipal de Ação Social, bem como o Centro de Saúde não se encontrar aberto 24 horas por dia, tendo ainda o problema de saúde gravíssimo que é a extensão de saúde da freguesia de Alvares. Informou ainda, que o senhor adjunto do senhor Secretário de Estado da Saúde manifestou-se disponível para reunião com caráter de urgência para se inteirar da situação que se vive em Góis em termos da saúde.

Quanto à questão do projeto GoiSim, referiu que a Câmara Municipal aderiu a este projeto com um sistema inclusivo de mobilidade pelo que estará ao seu lado sempre que perceber que este sistema não é inclusivo mas que exclui, não podendo permitir que haja exclusão neste sistema e, por isso, pela última vez irá indagar a situação que se passa na freguesia de Alvares, uma vez que já pela terceira vez o senhor Presidente da Freguesia expõe este assunto, pelo que urge ter conhecimento de toda esta situação.

Quanto à questão do que se irá fazer nesta freguesia após a calamidade que sofreu, informou que este assunto será para ser discutido entre a Câmara Municipal e o Executivo da freguesia de Alvares, uma vez que conjuntamente terá de se refletir e pensar numa estratégia para revitalizar o território, para devolver a confiança às populações e para dizer que vale a pena continuar a gostar e a viver em Alvares, como vale a pena continuar a gostar a viver na União das Freguesias de Cadafaz e do Colmeal e em todo o concelho de Góis.

Quanto à intervenção do senhor Miguel Fortunato referiu que já foi realizada a reunião com a senhora Diretora da DGEStE, onde foi apresentada a dívida desta entidade à Câmara Municipal, a qual ultrapassa os cem mil euros, em particular com o funcionamento da Residência de Estudantes, tendo a senhora Diretora visitado nesse mesmo dia o edifício, tendo verificado a valia daquele equipamento, tendo de igual modo verificado que a Câmara Municipal necessita de mais de duzentos mil euros para requalificar este equipamento, tendo apresentado uma breve síntese dos trabalhos que têm de ser efetuados para melhoria deste imóvel, realçando que a DGEStE não irá assumir qualquer despesa dos trabalhos que necessitam ser efetuados, pelo que a informou que irá levar o assunto junto do competente Ministério.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Quanto à Proteção Civil, informou da existência de uma linha direta, a qual se encontra no site da Câmara Municipal de Góis, bem como esteve sempre ao dispor de todos no horário de funcionamento da Câmara Municipal, sendo que após encerramento dos serviços, a mesma é encaminhada para o seu telemóvel e, caso não esteja em situação de atender a mesma, existe uma segunda pessoa a fazer esse mesmo atendimento, pelo que não é justo proferir-se que não havia um contacto telefónico disponível.

Quanto à questão de plantação de eucaliptos, referiu ter-se já expressado sobre a mesma, porém realçou que de tudo é necessário no nosso concelho desde que haja equilíbrios e que de facto haja ordenamento, pelo que presentemente é um assunto na ordem do dia de todos após incêndio florestal falar desta temática, porquanto é quem tem a responsabilidade de o fazer, o Governo, pelo que nos têm de dar as condições para que hajam essas diretrizes no âmbito do ordenamento e da gestão, porquanto podemos dar o nosso contributo, mas depois com certeza somos incompetentes para o efeito porque não temos legitimidade legal, porquanto a lei não permite que este ordenamento parta somente da Câmara Municipal. Acrescentou, que a Câmara Municipal também desafiou para que Góis fosse inserido no projeto piloto de registo cadastro, temos defendido várias frentes para que o nosso concelho não seja esquecido.

Quanto à questão da nova imagem da Câmara Municipal, referiu que não se trata de um logotipo, mas sim de uma nova imagem gráfica, pelo que não se trata de um código de barras, sugerindo ao senhor Carlos Garcia, que se inteirasse da nova imagem do concelho, a fim de ter conhecimento de que as "barras" que vê num dos veículos da Câmara Municipal fazem parte integrante dessa nova imagem gráfica do concelho. Quanto às palavras proferidas pelo senhor Amílcar Aleixo, sobre o incêndio florestal em Alvares, lembrou-o que aquando o fogo junto da sua empresa, foram mobilizados todos os meios possíveis, para proteção desta unidade fabril.

Quanto à madeira ardida, e estando presente no público empresários ligados à área florestal, solicitou que todos deem o seu contributo no sentido de se encontrar uma solução para se efetuar um trabalho capaz de limpeza de todo este material.

Dada a palavra, o senhor José Carlos Garcia, referiu que aquando a reunião com o senhor Primeiro-ministro deverá a senhora Presidente da Câmara Municipal transmitir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

que deve o Governo “obrigar” as celulosas a aceitar essas mesmas madeiras, uma vez que é prática das mesmas não receberem as mesmas, porém é do conhecimento de todos ser interesse destas que as áreas ardidadas sejam limpas a fim de efetuarem uma nova plantação, pelo que é de todo interessante que as celulosas se comprometam a receber este material, tal como, as biomassas. Caso, isso não se verifique, daqui a uns anos, poderemos naturalmente viver novamente este mesmo drama.

A senhora Presidente prosseguiu a sua intervenção, referindo que a Câmara Municipal irá estar atenta à situação ora colocada pelo senhor José Carlos Garcia, agradecendo a sua sugestão, entre outras que irão surgir, nomeadamente ao nível da caça, uma vez que a mesma já foi também abordada por um técnico da Câmara Municipal.

Quanto à requalificação de algumas estradas e outros, informou que a Câmara Municipal está a realizar um relatório que terá que ser entregue até à próxima quinta feira, no qual deverão constar todos os prejuízos, particularmente, em infraestruturas públicas.

Quanto à questão do turismo, referiu ser de facto uma preocupação, uma vez que existem cerca de sessenta e oito operadores nesta área do nosso concelho, um número significativo, realçando que a Câmara Municipal irá reunir com a Turismo do Centro no sentido de solicitar ajuda nesta área.

Quanto à questão sobre a isenção do IMI, colocada pela senhora Olinda Bandeira é da competência da Assembleia Municipal sobre proposta da Câmara Municipal essa mesma deliberação, porém para a tranquilizar, informou que a empresa proprietária do equipamento fabril objeto da sua intervenção paga IMI. Quanto à questão que referenciou sobre às aberturas existentes nas portadas de acesso ao referido equipamento, referiu que a Câmara Municipal em tempo útil já reparou as mesmas a fim de não se verificar qualquer tipo de incidente. Quanto à ETAR da Ponte do Sótão, informou da inexistência de aquisição de terrenos para o efeito, existindo sim a localização para instalação da mesma, informando ainda, que a Câmara Municipal fez uma candidatura ao POSEUR no valor de um milhão de euros, montante destinado à sua construção e à melhoria da rede de saneamento e de águas.

Dada a palavra, a senhora Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões, reiterou a sua questão sobre o tanque existente no Esporão, questão a que a senhora Presidente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

respondeu que presentemente irá ser reposta a água, pelo que agradece a atenção dada a este assunto.

Dada a palavra, o senhor Carlos da Conceição Jesus solicitou a gravação desta sessão da Assembleia Municipal.

Dada a palavra, o senhor Miguel Luís Martins Alves Fortunato referiu que a senhora Presidente até contradiz os elogios que recebe, porquanto quando referiu que o seu contacto telefónico foi utilizado na ajuda com GPS a uma corporação de bombeiros, não foi no sentido de por em causa o número disponível da Proteção Civil, mas sim, para informar que os operacionais que estavam no terreno não tinham contacto telefónico.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, após intervenções concluiu o período antes da ordem do dia, tendo de imediato passado à ordem do dia.

ORDEM DO DIA

1. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS (ANAM) – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTA DE ADESÃO A ESTA ASSOCIAÇÃO DE DIREITO PRIVADO – O

senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a 29.06.16, esta proposta foi presente ao órgão deliberativo, ainda que de uma forma mais incipiente que agora aparece i.e., estava constituída uma Associação Nacional de Assembleias Municipais, porém considerou-se por diversas razões que não havia esclarecimentos suficientes, havendo, de igual modo, algumas contradições na questão da adesão à mesma com base na sua constituição e dos seus propósitos. Informou que na altura a Assembleia Municipal tomou conhecimento, tendo deliberado por unanimidade retirar o ponto da ordem de trabalhos, no sentido de tomar uma posição num futuro em que os objetivos da mesma estivessem mais esclarecidos. Informou ainda, que como a Assembleia Municipal pode verificar da documentação que foi remetida sobre o assunto em análise, foi dado conhecimento da alteração dos estatutos e da proposta relativa às quotas, entre outras informações. Mais informou, que a adesão à citada Associação implica uma recomendação do órgão deliberativo ao órgão executivo, para que aceite esta adesão e posteriormente que devolva o procedimento à Assembleia Municipal para que numa última instância formalize essa adesão, porém dado que que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

esta Associação irá vigorar após eleições autárquicas de 2017, no seu ponto de vista não deve a presente Assembleia Municipal antecipar, mas sim aguardar, pela nova Câmara Municipal e Assembleia Municipal, e posteriormente tomar uma posição sobre a adesão ou não a Associação Nacional de Assembleias Municipais.

Interveio o senhor Carlos da Conceição Jesus, referindo que aquando a análise de este assunto em anterior sessão da Assembleia Municipal interveio expressando o seu entendimento sobre a utilidade da mesma relativamente ao nosso território e de acordo com a legislação em vigor, realçando que deve serem os próximos órgãos eleitos a tomarem uma decisão sobre este assunto.

Interveio o senhor Victor Manuel Fonseca Duarte que em nome da bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis informou que efetivamente não será a melhor altura para que este órgão tome uma decisão sobre a adesão à ANAM, pelo facto do presente mandato estar no fim, entendendo que devem ser os próximos órgãos eleitos a tomar uma decisão sobre o assunto em questão.

Face ao exposto, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a retirada deste ponto da Ordem do Dia, tendo a mesma sido votada por unanimidade.

2. LICENCIAMENTO DA PEDREIRA DE XISTO DE SOBRAL NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CADAFAZ E COLMEAL/APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO PDM – Foi presente a deliberação do Executivo da sua reunião ordinária de 13.06.2017, relativamente ao assunto em epígrafe.

Usou da palavra o senhor Carlos da Conceição Jesus que se prevaleceu da oportunidade para referir que espera que este seja um processo que se conclua com êxito, porquanto no dia 21.12.2016 foi publicado em D.R. a Alteração do PDM de Góis, tendo solicitado que este assunto fosse objeto de análise e deliberação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal com celeridade no sentido de cumprimento dos prazos instituídos legalmente, tendo para o efeito dado conhecimento dos mesmos, bem como solicitado ambas deliberações para que possa dar resposta a algumas entidades.

Usou da palavra o senhor Miguel Luís Martins Alves Fortunato referiu enaltecer mais uma vez esta iniciativa, lembrando que numa sessão deste órgão realizada na Cabreira, foi esta temática discutida, porquanto seria de todo interessante a aquisição de um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

terreno que localizou, para a comercialização de xisto, e, naturalmente com a aquisição do referido terreno poder sobretudo alargar a estrada em questão.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a alteração ao PDM.

3. LCPA/PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

– Foi presente a deliberação do Executivo da sua reunião ordinária de 13.06.2017, relativamente ao assunto em epígrafe.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a assunção de compromissos plurianuais.

4. PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS/ANO 2016 – Foi presente a deliberação do Executivo da sua reunião ordinária de 13.06.2017, relativamente ao assunto em epígrafe.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por maioria com dez votos a favor e sete abstenções dos elementos Amílcar Barata Aleixo, José Carlos Rodrigues Garcia, Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões, Pedro Miguel Conceição Agostinho, Vítor Manuel Fonseca Duarte e José Manuel Sequeira Cardoso Bandeira do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis e pelo elemento independente Miguel Luís Martins Alves Fortunato, aprovar a prestação de contas consolidadas relativa ao ano de 2016.

5. RELATÓRIO E PARECER DO ORGÃO DE FISCALIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS CONSOLIDADAS/ANO 2016 - Foi presente a deliberação do Executivo da sua reunião ordinária de 13.06.2017, relativamente ao assunto em epígrafe.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

6. APRECIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA CÂMARA - O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra para se pronunciarem sobre o presente assunto, não tendo havido nenhuma intervenção.

APROVAÇÕES EM MINUTA: 2 a 5.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

PÚBLICO: Dada a palavra ao público

a) Usou da palavra o senhor Orlando Cide Antunes Alvarinhas, referindo que a EN 2 (Góis – Vila Nova de Poiares) no troço pertença aos Municípios de Lousã e Vila Nova de Poiares se encontra danificado, realçando a inexistência de sinalização vertical e horizontal, devendo a Câmara Municipal fazer alguma pressão junto dos referidos Municípios, por se tratar de uma das via principais de acesso ao nosso concelho, pelo que é de todo interessante manter a mesma com condições de segurança a quem nela circula. Quanto à EN342, referiu que muito se tem falado sobre a requalificação da mesma, contudo é um facto que recentemente foi aberto concurso para a requalificação da mesma somente no concelho de Arganil, lamentando o facto de Góis continuar na mesma, pelo que é seu entendimento que nos devemos impor junto do atual Governo no sentido do troço da EN342 em Góis poder de igual modo ser intervencionado.

b) Usou da palavra o senhor António Gil que na sequência da intervenção do senhor Paulo Silva teceu algumas considerações sobre os incêndio florestais em Espanha e das espécies florestais existentes em algumas destas zonas, as quais serão naturalmente substituídas após incêndios com espécies de rápido crescimento, tendo apresentado alguns exemplos de florestas com eucaliptos cuja sua ordenação é de excelência, nomeadamente no Município de Mortágua, pelo que é de todo interessante realizar um estudo conjunto com os proprietários das áreas ardidadas de modo a que se delineie um plano eficaz à produção florestal, plano esse que deve ser também delineado com as várias ZIF's existentes nas freguesias do nosso concelho.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que é conhecedor do Município de Mortágua, podendo referir que no passado ano ardeu mais área florestal nos grandes incêndios que assolaram aquela região do que nos que agora ocorreram no concelho de Góis, sendo a floresta de Mortágua idêntica à de outros concelhos que ficaram igualmente arrasados com os incêndios ocorridos. Trata-se de uma situação de equilíbrio, sendo que o eucalipto deverá manter-se dado ser uma fonte de receita, porém terá que existir um melhor ordenamento neste sector.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

c) Usou da palavra o senhor Joaquim Mateus que iniciou a sua intervenção referindo que como Alvarense deve manifestar o seu agradecimento pelo voto de agradecimento a todos quanto se associaram no combate ao incêndio florestal recentemente ocorrido no nosso concelho, tendo apresentado uma breve síntese de alguns episódios ocorridos durante esta catástrofe, pelo que presentemente urge delinear um futuro plano para o futuro de modo a que tragédias destas não voltem a ter a mesma proporção.

d) Usou da palavra o senhor Antonino dos Prazeres Antunes referindo que quanto ao incêndio florestal ocorrido na freguesia de Alvares é seu entendimento que existiram muitas falhas, nomeadamente ao nível do comando operacional, tendo para o efeito apresentado alguns episódios ocorridos nesta freguesia. Sobre a máquina de rastos que efetivou serviços em Cortes durante o fogo, referiu não saber o que a mesma foi fazer ao local, uma vez que pelo que constatou esta apenas efetuou trabalho num raio de 500 metros e já no final do incêndio, tendo sido retirada do local após esse trabalho, sendo do conhecimento de muitas pessoas a necessidade da continuidade desses mesmos trabalhos, bem como da limpeza de algumas estradas. Por último, questionou sobre o ponto de situação sobre a sua solicitação de colocação dos espelhos redondos convexos de trânsito na localidade de Cortes, bem como das questões sobre a empresa da sua esposa.

e) Usou da palavra a senhora Inês Freitas referindo que ninguém é contra a plantação do eucalipto, havendo lugar no nosso território para todo tipo de plantação florestal, realçando as monoculturas florestais, sendo que tal facto é prejudicial para todos, apresentando como exemplo o número de pessoas que tem visitado o concelho no sentido de efetuarem investimento, porém mostram desinteresse quando as árvores autóctones são devastadas, sendo que quem nos visita quer ter uma diversidade na nossa oferta, nomeadamente de produtos endógenos, tendo dado como exemplo a castanha. Referiu que é de todo interessante que haja diversidade na nossa floresta e de pessoas, realçando o facto de que muitos residentes questionaram se os novos residentes se iriam embora depois deste incêndio, sendo um facto que não o desejam fazer, porém é necessária a existência de mudanças que sejam boas para todos, sobretudo uma gestão mais humana, devendo todos colaborarem no sentido de existir uma biodiversidade a todos os níveis.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

O senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do público, dando a palavra à senhora Presidente para se pronunciar relativamente a algumas questões propostas pelo público.

A senhora Presidente informou o senhor Antonino dos Prazeres Antunes que relativamente à questão da máquina de rastos não foi a Câmara Municipal que andou a coordenar esses serviços, mas sim o CODIS, pelo que quando não é a Câmara Municipal a comandar estas situações apenas cabe operacionalizar os meios, foi o que foi feito providenciou-se uma máquina, sendo que o operador deste equipamento se limitou a seguir as indicações dadas pelo CODIS. Quanto às questões da empresa que representa apraz-lhe mencionar que foi elaborado um estudo não somente para a situação que apresentou, mas para toda a zona do Polo Industrial de Cortes, tendo a Câmara Municipal solicitado alguns orçamentos para o efeito.

Sobre desclassificação da EN342, assunto objeto da intervenção do senhor Orlando Alvarinhas referiu que a Câmara Municipal está atenta a esse assunto, tendo feito uma breve explanação dos procedimentos tomados.

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente da Assembleia declarada encerrada a sessão, pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata que irá ser assinada pelo senhor Presidente e pelos Secretários.

O Presidente, _____

A Primeira Secretária, _____

O Segundo Secretário, _____